

## SOBRE A INTERPRETAÇÃO

MARIA FRANCISCA LIER-DE VITTO  
(DERDIC/PUC-SP)\*

O que poderiam os monólogos da criança dizer sobre a questão da interpretação, tema proposto para esta mesa? Aparentemente muito pouco ou até mesmo nada. Digo isto porque a “fala egocêntrica” é identificada, no interior dos modelos que se conhecem como sócio-interacionistas (Vygotsky e seus seguidores), com o momento da cessação da atividade interpretativa do interlocutor. Quer dizer, com o momento em que o sujeito se liberta da dependência do outro e ganha autonomia e controle sobre as suas ações lingüísticas e motoras.

É que os monólogos conservam na área de Aquisição da Linguagem a marca de sua origem na Psicologia do Desenvolvimento. Ela - a fala egocêntrica - representa ali - na Psicologia do Desenvolvimento - o início do processo de internalização. Os monólogos corresponderiam, assim, ao **ponto de virada** no desenvolvimento da criança. Quer dizer, à passagem de um modo primitivo de regulação, a **interpsíquica** ou “social”, para outra, dita **intrapíquica** ou individual.

Isso, caso mantivermos os rótulos vigentes na Psicologia do Desenvolvimento que transitam inquestionados na área de Aquisição da Linguagem.

Eu pretendo, aqui, apontar para o equívoco que reside nesse modo dos sócio-construtivistas entenderem os monólogos da criança. Começo dizendo que a “fala egocêntrica” se constitui **num** ou constitui **um** desafio à própria viabilidade de um programa teórico que assume ser o outro **determinante** ou responsável pela entrada da criança na linguagem. Ponho ênfase no termo “determinante”.

Um dos problemas que a “fala egocêntrica” coloca está, a meu ver, espelhado no próprio nome: “egocêntrica”, ou seja, **centrada no eu**. A questão básica é: será possível sustentar o tão apregoado “papel estruturante/determinante do outro e da interação”, quando se mantém intacta aquela expressão? Insisto que não. Penso que ela se inscreve como sintoma de uma contradição no sócio-interacionismo, como sintoma de uma incoerência teórica porque fica ali marcando um **ponto cego** que abala seu alicerce argumentativo, configurando um obstáculo epistemológico ao encaminhamento da proposta.

O compromisso teórico com a noção de interação enquanto “matriz intersubjetiva” em que as significações se dão; compromisso que abrange também a de **interpretação** e torna imprescindível entendê-la - a interação - como

---

\* Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação da PUC-SP.

determinação, ou seja, como força fundante do sujeito e da linguagem. Nesse caso, como consentir (com a Psicologia do Desenvolvimento) que a “fala egocêntrica” seja expressão do momento em que o sujeito encontra **unidade** porque se liberta da dependência **inicial** da interpretação do outro? Como supor que os monólogos correspondam ao momento em que o sujeito **muda sua natureza** ao se posicionar acima de sua própria história para controlar suas ações? Será tal conversão/revolução plausível?

Respostas **não** oferecidas a questões **não** formuladas compõem, a meu ver, a armadilha em que caíram muitos sócio-construtivistas (incluo aqui Vygotsky e Wallon). Para responder as perguntas que fiz, retomarei a ênfase que dei à palavra “determinação” para dizer que ela é um imperativo e que, como tal, não deixa margem para que se considere a cessação de sua força. O conceito de determinação é correlativo à noção filosófica de **fatalidade** e fatalidade é restrição no sentido de que a direção que a determinação impõe é compulsória, “apesar de todo desejo e/ou força contrária”, esclarece A. Lalande.

Se é assim, como admitir que cessem os efeitos da interpretação do outro? Um interacionista não poderá concordar com a interrupção dos efeitos da “atividade” do outro sobre o sujeito ... mesmo quando o que se põe em questão são os monólogos. Um sócio-construtivista deveria recusar a premissa de que o desenvolvimento depende - **a princípio** - da interação e da interpretação mas que o processo culmina no individual, no egocêntrico, com a **internalização**. Se não o fizer, estará admitindo a perda gradual e sucessiva da força determinante o que, do ponto de vista epistemológico, é inconcebível.

Ora, se a determinação “vem de fora”, como quer Vigotsky, a suposição de que ela seja transferida “para dentro” via internalização, mais que fragiliza, derrota o programa sócio-construtivista (ver Lier - De Vitto, 1991). Talvez, do reconhecimento do impasse, é que advenha a ênfase de Leontiev na noção de **transformação**. Processos externos/sociais/interacionais serão **transformados** para a criação de um plano interno. A internalização, insiste ele, “*não é transferência de uma atividade externa para um plano interno pré-existente, para o ‘plano da consciência’*. Ela é um processo em que este plano é criado” (1981:57) (ênfase minhas)

A noção de “dialogia interna” não serve, igualmente, de alento. Além de ostentar a natureza do processo de internalização como de transferência (o que Leontiev procura negar), ela aparece mais como uma manobra teórica de vagueza inegável. O que significa falar em “diálogo interno”? O problema central está em ajustar ou compatibilizar a idéia de auto-regulação (que a internalização supõe) com a de “dialogia” interna. O que controla o que, afinal? Se “interna”, a determinação aí implicada é, **necessariamente**, aquela que vincula a noção de sujeito à de indivíduo. Deve-se concluir, então, que é ele, o indivíduo, que regula os turnos da dita dialogia interna. De nada serve a “dialogia” nesse caso!

Ocorre que ela, quando externa, desloca “para fora”, para o outro, o poder de determinação. Não é difícil perceber que uma das consequências corrosivas que a “internalização” traz ao sócio-construtivismo é a de banalizar a interação, fazendo-a equivaler à de reciprocidade, de troca. Se interação for aceita apenas como um

conjunto de “ações recíprocas” anterior à internalização e à constituição do “eu mesmo”, ela não será força determinante, mesmo que necessária.<sup>1</sup> Será força acessória. Esclareço. **Interação** acabará tendo que ser considerada como espaço de apresentação de **input**, de exposição, **pelos outros**, de material lingüístico para o exercício das capacidades analíticas/interpretativas **da criança**. Note-se que a consequência disso é dizer que a determinação “vem de dentro”, que é força inerente ao sujeito, já que interpretação é prerrogativa do sujeito. Nesse quadro, interação é **condição necessária mas insuficiente** ao desenvolvimento da criança.

Chamo atenção para o fato de que a cisão interno/externo, assumida sem incomodo, deixa impunes questões/problemas que, segundo entendo, devem ser enfrentadas. Primeiramente, porque a aceitação de tal separação de domínios, enquanto pressuposto de base, autoriza e faz alternar a força de determinação, como disse acima. O **domínio externo** comparece como equivalente ao do “social”, do outro; e o **domínio interno** é identificado com o do individual, do eu. A interpretação oscilará entre o fora e o dentro, será deslocada ora para o “outro”, ora para o “eu”. Eu e outro da psicologia e da sociologia.

Emana desse estado de coisas um empirismo intransponível que aniquila o sócio-construtivismo enquanto proposta teórica. Empirismo que, acima de tudo, empurra a linguagem para o domínio dos “objetos controláveis” - ora pelo “outro”, ora pelo “eu”. Aqui, interpretação e controle se confundem porque feitos sinônimos.

Pretendo, como já disse, falar contra a idéia de que o destino da interação (presumido como natural) seja o seu fim, quer dizer, seja a internalização e também, obrigatoriamente, contra a noção de sujeito que dela decorre. Oponho-me à idéia de um sujeito concebido como “central de controle e processamento”, um sujeito que dirige a linguagem e que, por essa razão, dela toma distância para dar sentido e coerência ao seu discurso.

Pergunto, então, na sequência, o que mostram os monólogos?

Ofereço como exemplar o de Emmy, uma menina americana de dois anos e meio de idade, cujas produções no berço foram estudadas por Julie Gerhardt (1987) e por Katherine Nelson (1989).

1. Maybe when my go come
2. Maybe my go in daddy's blue big car
3. Maybe ... maybe when Carl come (again)
4. Then go to back home
5. Go peaboby
6. Carl sleeping
7. Not right now ... the baby coming
8. And Carl coming
9. my house
10. Aaaaaaaaand Emmy Emmy ((everything)) coming
11. After my nap

---

<sup>1</sup> Sugiro a leitura do artigo de Jean Piaget em **Problema de Psicolingüística (1973)**.

12. Not right now ... cause the baby coming now
13. (then) when Emmy wakes up
14. Carl come
15. After my nap
16. Then Carl come (over) my house
17. Then Emmy go Caldors in the Mall
18. When daddy wake Emmy up
19. Not not ... um um (.....)
20. When Emmy wake up
21. Emmy has ... has something on my face.

Devo esclarecer que sigo a notação de Julie Gerhardt. Um parêntese corresponde a “transcrição incerta” e dois a “transcrição muito incerta”. Pontilhados são “hesitações” e as linhas marcam sequências limitadas por pausas.

O que dizer numa caracterização geral, desse monólogo de berço? Eu diria que este excerto de monólogo mostra um discurso instável e indeterminado ... **descontrolado**, um discurso em que o **sentido não se define** devido a um incessante deslocamento de fragmentos ao longo do texto. Se atentarmos ainda um pouco mais, poderemos dizer que a sequência inaugural - “Maybe when my go come” - contém aqueles fragmentos em torno dos quais, ou a partir dos quais, o discurso será **tecido**. “Maybe”, “when”, “go”, “come” são elementos muitas vezes repetidos, são ganchos, pontos de retorno que amarram os muitos pontos de fuga do monólogo. Pontos de retorno que são fragmentos a convocar muitos outros nas sequências seguintes e cuja sucessão não conduz, como assinalai acima, à arquitetura de um texto “coeso e coerente”.

Este monólogo é marcado por **pausas** (cada sequência ou enunciado da transcrição corresponde a uma parada a subverter na “linearidade” discursiva), por **hesitações** ou **interrupções abruptas**. Chamo atenção para as sequências de números 3, 7, 12, 13, 19 e 21. É um discurso repleto de **repetições** - muitas são as instanciações de “maybe”, “go”, “come”, “when” e “then”, por exemplo. É discurso em que ocorrem **composições inesperadas**. Refiro-me especialmente aos anunciados 12 e 21. Nele são, também, notáveis os **segmentos ininterpretáveis** - todos os fragmentos entre parênteses e as linhas pontilhadas nas sequências 3, 10, 13, 16 e 19.

Vê-se que a criança “erra” demais, para demais e repete demais. **Erra**, porque não articula uma sequência, deixando o sentido “à deriva” - expressão de Pêcheux. **Para**, porque faltam-lhe palavras. **Repete**, porque os fragmentos insistem (em vão) na demanda daqueles que os completem. Penso que não seria implausível dizer que, para a criança, faltam as palavras do outro. Este outro que, no diálogo, confere direção ao discurso, que reconhece os domínios de articulação discursiva a que estão filiados os fragmentos produzidos pela criança: reconhece os “universos logicamente estabilizados”, diria ainda Pêcheux (1990). Encaminhando esse argumento, eu diria que os monólogos podem ser compreendidos como **apelos à**

**interpretação** ou como pedidos de **restrição**, segundo Cláudia Lemos. Eles pedem fechamento. Eles são, enfim, apelos à constituição de um sentido.

Os monólogos parecem reclamar o sentido que os enunciados excluem porque não terminam. Mas, é no interior do silêncio do outro que a criança começa a “escutar-se”, a escutar uma voz que ela ouve como sendo outra e que estranha porque diz uma fala que lhe soa outra. Acontece, também, que é no interior do silêncio do outro que ela será chamada a decidir pela relação entre som e sentido. Por isso ela hesita, titubeia, como já sugeriu Jakobson (1960). Ela erra, fica abandonada à linguagem e aí é convocada a interpretar. O que se vê é uma interpretação claudicante de um sujeito que é recém-inaugurado na linguagem. Sujeito que, para interpretar, se parte, se divide. Sujeito que começa mal exatamente porque **não** é central de controle e processamento. Estas produções desconcertantes que são os monólogos parecem recusar a idéia de que um interno dirija um externo.

Fico com Deleuze (1969) quando diz que o que importa é a superfície e o que nela se passa: “o expresso torna possível a expressão”, diz ele. Proponho que nos atenhamos ao **interno do externo** - ou ao anverso no verso. Pergunto, agora, o que o expresso expressa nos monólogos?

Expressa, ou melhor, mostra que há pausas, incompletudes, vazios. Marcas de um sujeito que é chamado a interpretar, como já disse acima. Mostra, igualmente, que há erros, composições inesperadas e ininterpretáveis. Marcas de um sujeito que é ainda inépto para interpretar e que, por isso, deixa os outros falarem na sua voz. Marcas de um sujeito que se esvai na voz.

O que os monólogos de Emmy põem à mostra é que os fragmentos abertos à interpretação ou não progridem ou progridem de forma desconcertante. Uma sequência interrompida é sempre um fragmento, um resto, “um resíduo”, diz G. Rosolato (1985/1988). Resíduo que passou por muito lugares, que circulou em discursos vários e que se compôs de diferentes maneiras para se constituir numa pregnância polissêmica. Por isso, o resíduo insiste (repete) na demanda de um sentido que, nos monólogos, escapa, fica indefinido. Na ausência da interpretação, muitas serão as composições possíveis.

Podemos notar, além do mais, que há **progressão** mas **não conclusividade** - palavra de Baktin (1979/1985). Progressão que, além de tudo, é “cambiante e fragmentária”, como já assinalou M.T. Lemos (1990). Progressão que, por ter esta ou ser desta natureza não parece obedecer a princípios cognitivos, a um comando interno. Aliás, quando se observam os monólogos, pode-se ver que são os fragmentos efetivamente produzidos que definem a sequência e que são, também, fragmentos concretos que os seguem para resolver (ou não) a significação. Operação de superfície que referenda a interpretação como uma **operação concreta**: “fragmentos ‘lêem’ fragmentos”, nas palavras de C. Lemos.

Conclui-se das colocações que fiz até aqui que os monólogos são produções caóticas e desgovernadas, que neles só há “dispersão”, segundo E. Orlandi. Mas, se pausas, interrupções e repetições respondem pelas progressões descompassadas do discurso, essas marcas discursivas representam, acima de tudo, uma certa **contensão** da sucessividade, um modo de articulação do eixo metafórico com o metonímico. Se,

de um lado, a dispersão é da ordem do textual, do discursivo, de outro, concordo com Weir (1962), quando acompanha Freud: “há sentido lingüístico nos monólogos”, diz ela. O que nos separa é que não entendo por “lingüístico”, “gramatical”. Tomo distância de Weir. Do ponto de vista estritamente gramatical, a “fala egocêntrica” acaba sendo reduzida a um mero jogo de substituições numa estrutura, “jogo sintático” executado por um sujeito apto a decidir pela pertinência categorial do léxico.

Um dos problemas que vejo nesse tipo de análise é que analisáveis serão, apenas, as seqüências consideradas “gramaticais” **pelo investigador**. As “falsas analogias” ou erros, como quer Ruth Weir, tornam-se desinteressantes e são desconsideradas já que representam partes “ainda não internalizadas do sistema”. Partes que escapam, portanto, ao **controle** da criança. Acontece que, como vimos no monólogo de Emmy acima apresentado, as ditas falsas analogias **também** respondem pela progressão dos monólogos.

Outro problema, e mais sério, é que, do ponto de vista gramatical, imp[ortam as sentenças, independentemente da modalidade de discurso em que ocorram: monólogos ou diálogos, orais ou escritos, prestam-se (igualmente) ao exercício analítico do pesquisador. Como abordar, ou melhor, não deixar escapar a singularidade dessas manifestações lingüísticas que são os monólogos da criança? Como evitar sua redução a um “mesmo” lingüístico?

É verdade que “há sentido lingüístico nos monólogos”, é certo que nem tudo é dispersão e cáos. Mas, que sentido lingüístico é este? É aquele que conduz à noção de língua enquanto sistema. Há nos monólogos um **movimento**, um funcionamento que, na falta do outro, do intérprete, deixa o sentido à deriva. É que, se não há intérprete, ainda assim, “a criança tem palavras”, diria Paul Henry (1992:155). Para onde isso nos leva? Se a criança diz palavras que vieram de um discurso-outro e que lá estão postas em relação num funcionamento, quando cessa a voz do outro, o que restará?

Restam relações, palavras num funcionamento que desconhece discursos, que não respeita “filiações a universos logicamente estabilizados”, que desmantela o texto. Funcionamento que recusa “tipologias”, que põe em relação textos múltiplos, enunciados plurais. De fato, na desordem há sentido lingüístico. Há mais, há “outros” lá na superfície dos monólogos ... outros dizeres, enunciados outros. Outros que a criança não controla. Ela não dirige nem o funcionamento, nem os “textos”. Vê-se que os monólogos iluminam um sujeito duplamente assujeitado.

Apesar dessa “fatalidade”, as pausas, os erros, as interrupções, as repetições parecem anunciar um intérprete que nasce na “dispersão”, como diria Eni Orlandi. Na vivência do não-sentido, o que o deixa à “deriva”, em palavra de Pêcheux (1990). À deriva, na “esteira do significante”, título do livro (a sair) de Cláudia Lemos. Os monólogos parecem mostrar, também, que a construção de uma gramática supõe a ruptura entre som e sentido, ou melhor, o desconhecimento do sentido. Os monólogos deixam ver que, à revelia do significado, o significante se move. Neles, “há (de fato) sentido lingüístico no não-sentido”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKTIN, M.M. *El Problema de los Generos Discursivos. Estética de la Creación Verbal*. Argentina:Siglo Veintiuno, 1979/1985.
- DELEUZE, J. *A lógica do Sentido*. São Paulo:Perspectiva, Vol. 35. 1969.
- GERHARDT, J. *Monologue as a Speech Genre*. K. Nelson (ed.) *Narratives from the Crib*. Cambridge, Mass:Harvard University. 1989.
- HENRY, P. *A Ferramenta Imperfeita*. Campinas, São Paulo:Editora da Unicamp. 1992.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e Poética. Lingüística e Comunicação*. São Paulo:Editora Cultrix, 1969. 1960.
- LALANDE, A. *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*. Paris:Presses Universitaires de France, 1985. 1926.
- LEMOS, C. *Los procesos Metaforicos y metonímicos como Mecanismos de Cambio. Substratum*, vol. 1, nº 1. Barcelona. 1992.
- LEMOS, M.T. *Sobre o que "eu" diz: da subjetividade na linguagem*". Comunicação apresentada na ALFAL-UNICAMP. Inédito. 1990.
- LIER - DE VITTO. *Raízes Genéticas: Implicações e Complicações*. Comunicação em mesa redonda dos Seminários de Aquisição da Linguagem da UNICAMP. (no prelo - Cadernos de Estudos Lingüísticos da UNICAMP). 1991.
- LEONTIEV, A.N. *The Problem of Activity in Psychology*. Em Wertsch (ed.). *The Concept Of Activity in Soviet Psychology*. Armonk, New York: Sharp. 1981.
- NELSON, K. *Monologue as a Representation of Real-Life Experience*. K. Nelson (ed.) *Narratives from the Crib*. Cambridge, Mas:Harvard University Press. 1989.
- ORLANDI, E. *A Incompletude do Sujeito. Sujeito e Texto*. São Paulo:EDUC - Série cadernos PUC. 1988.
- ORLANDI, E. e GUIMARÃES, E. *Unidade e Dispersão: Uma Questão do Sujeito e do Texto. Sujeito e Texto*. São Paulo:EDUC-Série Cadernos PUC. 1988.
- PIAGET, J. *A linguagem e as operações intelectuais*, em Piaget, J. (org.) *Problemas de Psicolingüística*. São Paulo:Mestre Jou. 1979.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* Campinas, São Paulo:Pontes Editores, 1990. 1988.
- ROSOLATO, G. *Elementos de Interpretação*. São Paulo:Editora Escuta, 1988. 1985.
- WEIR, R. *Language in the Crib*. Holanda:Mouton & Co., The Hague, 1970. 1962.